MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

PORTARIA N.º 665

Atendendo ao que representou a Mesa Administrativa da Misericórdia de Felgueiras;

Vistas as informações oficiais e o voto favorável da assemblea geral dos irmãos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que a sobredita corporação seja autorizada a aplicar, nas obras indispensáveis a realizar no seu edificio hospitalar, a quantia de 2.000\$, que lhe foram legados, sem encargos, pelo falecido bemfeitor, Agostinho Cândido de Sousa Ribeiro.

Paços do Governo da República, 5 de Maio de 1916.—
O Ministro do Interior, *António Pereira Reis*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

Por ter sido publicada com inexactidões, novamente se publica a portaria n.º 663, de 2 do presente mês:

PORTARIA N.º 663

Nos termos da base 7.ª da lei n.º 480, de 7 de Fevereiro de 1916: há por bem o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, declarar que fica prohibida, até nova resolução, a exportação e reexportação, para o estrangeiro, de cimento de qualquer proveniência e sulfato de cobre de fabrico estrangeiro.

Paços do Governo da República, 2 de Maio de 1916.—
O Ministro das Finanças, *Afonso Costa*.

Rectificação

Na linha 7.ª do § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 2:357, de 29 de Abril último, publicado no *Diário do Governo* n.º 82, 1.ª série, onde se lê: «cuja exportação fica livre», deve ler-se: «cuja reexportação fica livre».

Direcção Geral das Alfândegas, em 2 de Maio de 1916.—
O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

5.ª Repartição

DECRETO N.º 2:369

Atendendo ao que me representou o Ministro da Guerra; e

Usando da autorização concedida pelas leis n.º 373, de 2 de Setembro de 1915, e n.º 491, de 12 de Março de 1916:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º Durante o estado de guerra com a Alemanha estão sujeitos à jurisdição militar por qualquer crime, nos termos do artigo 132.º do Código do Processo Criminal Militar, de 16 de Março de 1911:

1.º Os militares sujeitos a esta jurisdição em tempo de paz;

2.º Os militares em operações;

3.º As pessoas que, por qualquer título, são empregadas ou exercem funções nos estados maiores, administrações, fornecimentos e outros quaisquer serviços do exercito ou da armada;

4.º Os bagageiros, postilhões, recoveiros, vivandeiros, lavandeiros, taberneiros, criados de oficiais e outros

quaisquer individuos que acompanhem forças em operações.

§ único. Ficam igualmente sujeitos à jurisdição militar os súbditos de países em guerra com Portugal.

Art. 2.º Estão também sujeitos à jurisdição militar durante o estado de guerra com a Alemanha, nos termos do artigo 2.º do decreto-lei de 16 de Março de 1911 e artigo 133.º do respectivo Código do Processo Criminal Militar:

1.º Os estrangeiros acusados por algum dos crimes previstos e punidos nas leis militares;

2.º Os individuos acusados por algum dos crimes previstos no Código de Justiça Militar, de 13 de Maio de 1896, artigos 52.º a 169.º, 190.º e 191.º, na parte applicável, embora desses crimes sejam agentes somente pessoas não militares;

3.º As pessoas que forem acusadas por adulteração das provisões de boca ou de guerra, destinadas à força armada;

4.º Os individuos que devidamente requisitados para prestar qualquer serviço às forças em operações, recusarem fazer este serviço ou o abandonarem e bem assim os que recusarem satisfazer as requisições de vehiculos, transportes ou animais que possuam, e lhes sejam legalmente requisitados.

Art. 3.º São ainda sujeitos à jurisdição militar durante o estado de guerra com a Alemanha os réus dos crimes previstos nos artigos 1.º e 3.º da lei de 12 de Julho de 1912, que ficam substituídos pelos dois seguintes:

Ar. 4.º Aquele que por qualquer meio de propaganda subversiva, verbal ou escrita, pública ou clandestina, aconselhar, instigar ou provocar os cidadãos portugueses ao não cumprimento dos seus deveres militares ou ao cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da Pátria, será condenado a presidio militar de seis meses a três anos, salvas as penas mais graves em que possa incorrer por disposição especial do Código de Justiça Militar, de 13 de Maio de 1896, ou do Código Penal.

§ único. Se do conselho, instigação ou provocação se seguir qualquer efeito, a pena será aquela que, pela legislação em vigor, cabe ao executor e não a havendo, será, a um e outro agentes do crime, applicável a mesma pena deste artigo agravada.

Art. 5.º A autoridade administrativa ou policial poderá apreender quaisquer escritos, impressos, desenhos ou publicações que aconselhem, instiguem ou provoquem aos crimes previstos e punidos no artigo anterior.

§ único. Aquele que vender, expuser à venda ou por qualquer forma distribuir ou espalhar tais publicações, escritos, impressos, ou desenhos, quer sejam clandestinos quer públicos, incorrerá na pena de três a dezóito meses de presidio militar.

Art. 6.º Continua a ser, em todo o tempo, da competência dos tribunais militares, nos termos da lei de 8 de Julho de 1912, o julgamento dos crimes previstos e punidos pelos artigos 141.º a 150.º do Código Penal e pela lei de 30 de Abril de 1912.

Art. 7.º Aos réus de crimes sujeitos aos tribunais militares não será concedida fiança em caso algum.

Art. 8.º Além dos tribunais militares territoriais poderão constituir-se em cada divisão do exercito, ou junto a cada força militar mobilizada, os tribunais militares que forem necessários para o rápido julgamento dos acusados.

Art. 9.º As disposições dos artigos 2.º a 11.º da lei de 3 de Fevereiro de 1912 são applicáveis durante o estado de guerra a todos os processos que devem ser julgados pelos tribunais militares, com as seguintes modificações:

§ 1.º Os autos de infracção deverão ser levantados por qualquer funcionario policial ou administrativo, ou ainda